



EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Amanda Eufrazio¹

Resumo

O presente artigo tem como proposta apresentar um estudo sobre as delimitações históricas do conservadorismo e dados sobre os *modos de ser conservador* que se refletem na prática profissional de assistentes sociais na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Conservadorismo; prática profissional; assistência social.

1 INTRODUÇÃO

A principal motivação para a realização da pesquisa foram os questionamentos que elaborei, durante a minha experiência profissional, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em Arujá/SP, onde trabalhei no período de 2008 a 2012. Nesse período, vivenciei situações, juntamente com outros profissionais e estagiários da equipe técnica da qual fiz parte, que me levaram a refletir com maior afinco a prática profissional e suas principais características no Serviço Social.

A atualidade que o tema escolhido adquire nos dias de hoje, porque vivemos um momento histórico de fortalecimento da ideologia conservadora em vários países do mundo e no Brasil, além disso, a escassa produção sobre essa temática específica na área do Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 2000², também se constituíram em fatores importantes para a elaboração dessa pesquisa.

Tivemos como objetivo geral na pesquisa investigar formas de expressão do conservadorismo no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, particularmente na prática profissional da assistência social.

Selecionamos uma pequena amostra de um amplo universo de pesquisa, formado por assistentes sociais brasileiros/as empregados/as na esfera pública estatal que executam a política de assistência social nos CRAS. Foram quatro municípios, da região Alto Tietê, em São Paulo, selecionados de acordo com a dinâmica populacional, classificação que consta da PNAS-2004, e que é um importante indicador para a efetivação da política de assistência social: Santa Isabel (município de médio porte com 50.453 habitantes), Arujá (município de médio porte com 74.905 habitantes), Mogi das Cruzes (município de grande porte com 387.779) e Guararema (município de pequeno porte II com 25.844 habitantes)³. Nesses municípios, selecionamos cinco profissionais, assistentes sociais, de maneira aleatória, que atuavam nos CRAS. Optamos pelo método qualitativo de pesquisa e fizemos uso de entrevistas parcialmente estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, acerca do problema de pesquisa, tendo sido o roteiro elaborado com base em diretrizes éticas e legislação específica de ética na pesquisa, a partir das quais conduzimos as entrevistas e o tratamento dos dados.

¹ amandaeufrazio2011@gmail.com - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Dos trabalhos que aprofundam essa temática e foram consultados para essa pesquisa, destacamos: "Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro", de Josiane Soares Santos (2007); "Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político", de Maria Lucia S. Barroco (2011); "Reflexões sobre uma das tendências à reatualização do conservadorismo no Serviço Social brasileiro", de Costa et al. (2005) e "Conservadorismo moral" In: "Ética- fundamentos sócio-históricos", de Maria Lucia S. Barroco (2010).

³ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Infográficos: dados gerais do município**. 2010. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.



Como metodologia para a realização da pesquisa, esforçamo-nos para colocar em prática princípios da tese marxiana que nos ensinam que a realidade constrói a teoria e não o contrário, por isso, é preciso desvendá-la fazendo as conexões necessárias de maneira desmistificada, de modo que as categorias teóricas da totalidade, historicidade e contradição são fundamentais para o cumprimento dessa função no processo de investigação.

2 DESVENDANDO OS SIGNIFICADOS DO MODO DE PENSAR E AGIR CONSERVADORES

O *conservadorismo clássico* (NETTO, 2011a) emergiu na era moderna, em meio a um turbilhão de transformações societárias que alcançaram o seu ápice com as Revoluções Industrial e Francesa, na Europa Ocidental, cenário que já vinha se desenhando desde o século XIV, aproximadamente, quando o sistema feudal começou a entrar em crise, se estendeu até o século XIX, momento em que a burguesia já ocupava o poder e intensas transformações ocorreram na sociedade. Nesse período, representantes da antiga nobreza feudal protestavam contra uma nova forma de compreender o mundo que partia da centralidade nos homens enquanto agentes construtores e transformadores de tudo o que existia, inclusive das condições sob as quais se estabeleciam as relações humanas em todas as suas esferas.

Entre as décadas de 1830 e 1840, as ideias emancipatórias construídas a partir do movimento revolucionário francês, em 1789, foram reavivadas nas mentes e nas ações dos trabalhadores pobres da Europa Ocidental, com repercussões em outros países, segundo Hobsbawm (2012). Com a exacerbação do processo de pauperização dos trabalhadores, o proletariado se organizou e se colocou contra a consolidação do sistema capitalista e a miséria humana gerada por este modelo de produção. De acordo com Netto (2001), a Revolução de 1848 foi também um “divisor de águas” no que se refere à compreensão da questão social no campo da teoria social moderna. Ou seja, explica o autor que, apesar de não ter feito uso dessa expressão, a questão social está no âmago das análises de Marx sobre a sociedade burguesa e a relação entre capital e trabalho, relação geradora do processo de exploração e de uma sociabilidade que aprofunda as desigualdades sociais, fazendo emergir movimentos sócio-políticos de contestação ao pauperismo. Foi a tradição teórica marxista que nos possibilitou compreender a questão social como indissociável do desenvolvimento capitalista, portanto, insuprimível sem a extinção desse modelo econômico.

Porém, no período pós-1848, o ponto de vista conservador voltou a ser predominante na compreensão da questão social. Segundo Netto (2001), pensadores das correntes laica e confessional apontavam para soluções da questão social baseadas na educação moral dos homens e da sociedade em geral por meio da conscientização individual, do ajustamento das pessoas ao modo de vida capitalista, da recristianização das famílias, entre outras. Concomitantemente ao processo de expansão e consolidação do sistema capitalista em vários países do mundo, após 1848, ocorreu um fenômeno que Lukács (1968) denominou de *decadência ideológica*, momento em que a burguesia tornou-se conservadora e abandonou todas as conquistas no nível do conhecimento que estavam voltadas para a compreensão do mundo, do homem e da sociedade a partir de recursos teóricos como o humanismo, o historicismo e a dialética, construídos desde o período do Renascimento e que foram bastante amadurecidos durante o período da Modernidade com Hegel, Marx e outros teóricos.

Na atual conjuntura, vivenciamos uma centralização e concentração de capitais, por parte dos grandes monopólios, cada vez maior, no campo das finanças, com o apoio dos Estados Nacionais, o que resulta no aumento da desigualdade social; a mercantilização progressiva e acelerada de serviços essenciais como a saúde, educação, moradia,



previdência social, entre outros; o reflexo direto dessa movimentação do capital financeiro no processo produtivo e, conseqüentemente, nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, como nos explica Iamamoto (2010). A autora nos aponta também para as novas configurações que a questão social assume na contemporaneidade, influenciada pela crescente banalização do ser humano, alienação, coisificação dos homens e das relações humanas, naturalização da desigualdade social (IAMAMOTO, 2010). É nesse contexto que a ideologia conservadora revigora a sua importância social no papel de controle e dominação da classe que sofre com essa realidade, prova disso é o fortalecimento de movimentos de extrema direita na Europa, a crescente adesão de pessoas a movimentos neonazistas, a repressão e a criminalização a movimentos sociais, fatos que temos acompanhado no mundo com certa frequência, recentemente, e os quais refletem um retrocesso no tratamento dado à questão social.

Contudo, fazer referência a algumas delimitações históricas do conservadorismo é de fundamental importância para a análise do tema que propomos refletir nesse artigo. A partir dessa retomada histórica, podemos compreender que o conservadorismo é uma forma de pensar e agir que resiste a mudanças nas esferas política, social, econômica, cultural, etc., portanto, que visa manter uma dada ordem social. E, mais do que isso, ser conservador é defender essa ordem tendo por referência valores tradicionais como a ordem, a hierarquia, o autoritarismo, etc.

2.1. Serviço Social e conservadorismo: um estudo sobre as particularidades dessa relação nos dias de hoje

Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão que *nasceu vinculada ao pensamento conservador* (NETTO, 2011a). Iamamoto (2008) foi uma das primeiras autoras no campo do Serviço Social brasileiro, a escrever sobre os fundamentos dessa herança conservadora, por meio de uma teoria crítica. De acordo com a sua análise, as marcas de origem da profissão estão situadas no “bojo do *reformismo conservador*” no Brasil, estas renovam e preservam “seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 17). Além do contexto de intensas transformações sociais e políticas pelas quais o Brasil passava, sob um governo ditatorial e populista, o governo Vargas (1930-1945; 1951-1954), havia uma movimentação da Igreja Católica no sentido de reconquistar fiéis e poder na sociedade brasileira. Foi assim que militantes católicas iniciaram um trabalho doutrinário e social com as famílias operárias nesse período, processo que deu origem ao Serviço Social.

O trabalho social com famílias existe desde os primórdios do Serviço Social brasileiro (MIOTO, 2010), de modo que as primeiras formas desse trabalho estavam relacionadas com a disseminação de uma doutrina religiosa que tinha por objetivo reforçar os valores cristãos, mas também combater a luta por novos modelos de sociabilidade humana, o liberalismo e, principalmente, o comunismo. O trabalho com famílias nesse período desconsiderava totalmente a dimensão da desigualdade de classes em nosso país. A doutrina católica ocultava a essência das relações sociais existentes e a tratava, fundamentalmente, como um problema espiritual religioso que podia ser resolvido a partir da adesão à fé católica, com a participação mais ativa das mulheres no processo de recristianização da sociedade, da mudança de valores, hábitos e costumes, quer dizer, na esfera da moral e, mais especificamente, da moral religiosa.

A partir de meados da década de 1940, a profissão foi adquirindo um caráter mais técnico, mas as bases doutrinárias e moralistas que a fundamentavam ainda tinham forte presença no trabalho social com famílias. Métodos do Serviço Social norte-americano foram incorporados por assistentes sociais no Brasil, o trabalho com famílias partia da concepção



de que estas eram as principais responsáveis por sua condição social, o que pressupunha a sua reorganização e readaptação a um modelo de sociedade que ainda estava em construção, sob a orientação de profissionais qualificados.

Durante as décadas de 1950 e 1960, muitos/as profissionais do Serviço Social brasileiro reproduziram o lema nacional do crescimento econômico e da superação do subdesenvolvimento no trabalho social com famílias. Com base nisso, as famílias pobres foram chamadas a participar do desenvolvimento da nação e, para isso, deviam se adaptar às novas condições econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira, unindo-se em prol deste objetivo, de modo que os altos índices de pobreza seriam então extintos, conduzindo o país ao tão almejado desenvolvimento nos marcos do sistema capitalista.

A partir dos anos 1970, a discussão profissional estava mais centrada no trabalho com as comunidades e um novo ator surgia com mais força no campo de atuação do Serviço Social: os movimentos sociais. A abordagem profissional com as comunidades e também com as famílias começava a se orientar por um referencial mais crítico e totalizante, processo que foi impulsionado pelo *movimento de intenção de ruptura com o Serviço Social "tradicional"* (NETTO, 1998), marco histórico da profissão.

Apesar das conquistas no âmbito legislativo e no que diz respeito à participação social, com a promulgação da Constituição de 1988, as políticas públicas nas décadas de 1980 e, principalmente, na década de 1990, seguiram o modelo do *familismo*, isto é, de sobrecarga de atribuições sociais e legais às famílias, em que tendências das políticas externa e interna afastaram cada vez mais a proteção social das famílias da responsabilidade do Estado, de modo que a sociedade civil e as próprias famílias foram assumindo a responsabilidade pelo seu bem estar social (JORGE, 2009).

Atualmente, podemos afirmar que tivemos avanços no que diz respeito à compreensão do conceito de família, por parte dos/das profissionais de Serviço Social, ao direcionamento do trabalho com famílias na política de assistência social, entre outros. Porém, o contexto sócio-político neoliberal e conservador no qual vivemos influencia a configuração das políticas sociais na atualidade, assim como o exercício de profissionais que atuam diretamente (e indiretamente) nesse campo.

Apesar de ter adquirido *status* de política pública de Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social, com a aprovação da Constituição Federal de 1988, e com a sua regulamentação por meio da PNAS-2004, a assistência social ainda é executada, por muitos/as profissionais e em vários lugares do Brasil, por meio de ações assistencialistas, pontuais, que se fundamentam na avaliação de méritos pessoais para a viabilização de direitos sociais. Exemplo disso são profissionais de Serviço Social que têm um discurso coerente com a PNAS, isto é, de que a assistência social é direito de todos/as que dela necessitar mas, por outro lado, a sua intervenção profissional é orientada por uma análise reducionista sobre o público dessa política e sobre as situações sociais que levam as pessoas a procurar os CRAS. Nesses casos, além da negação da assistência social enquanto uma política pública, o que ocorre na prática é a perpetuação de juízos moralistas no campo profissional, a reprodução de preconceitos sobre as famílias pobres, conforme verificamos a seguir:

Olha, esta afirmação [de que as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda são acomodadas e não se esforçam para trabalhar] ela não é 100% verdade. Mas também não é 100% mentira. Nós vemos casos típicos de pessoas que eu digo... eu costumo dizer, "viciadas em assistência social", nós temos famílias que nós sabemos nome e sobrenome, famílias que vem uma geração de pessoas que são realmente com aquele mesmo perfil de acomodação. [...] Mas, nós pegamos os casos de comodismo, claro que pegamos, mas não dá pra você generalizar e dizer assim: todas as pessoas que participam de grupos são



acomodadas. Não. Até porque assim, se ela está no grupo é porque primeiro ela passou por uma avaliação [...] (Assistente Social 2, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 165).

“Problemas” como a falta de vontade individual e a “preguiça” dos/as brasileiros/as são frequentemente citados nessas análises simplistas. Oriundos da ideia de que famílias são “viciadas em assistência social”, os preconceitos criados a respeito das famílias pobres estão ainda muito presentes na sociedade brasileira e no campo profissional dessa política. Contudo, esses estigmas se generalizam em várias partes do mundo quando se trata da referência à população pobre, já que vivemos em um mundo onde o individualismo toma formas exacerbadas e a leitura de fatos históricos é realizada com base na responsabilização individual.

Durante pesquisa de campo nos CRAS, verificamos que esse trato moralista e discriminatório com as famílias na assistência social não ocorre em todos os casos, pelo contrário, há assistentes sociais que repudiam as abordagens profissionais baseadas nesse tipo de ideologia, o que nos revela que a prática profissional se desenrola num movimento tenso de afirmação e negação do conservadorismo, forma de pensamento que expressa as condições reais da nossa existência. Um exemplo disso é a resposta da entrevistada *Assistente Social 4*:

Acho que existem indivíduos acomodados de todas as rendas, de todas as classes sociais. E, aqui o que a gente vê é o contrário, toda família que procura programa de transferência de renda, a primeira fala dela é: “estou desempregada” ou “eu faço um bico” [...]. É um direito da pessoa, não está na legislação? [...] as pessoas chegam aqui cabisbaixas, cabeça pra baixo, dizendo: “eu vim aqui pedir, mas quando eu começar a trabalhar, eu não vou mais!”. Sabe, a gente tenta tirar isso: “Quando você vai numa escola pedir uma vaga, você não vai lá e pede uma vaga porque é um direito seu? Então, aqui você vai pedir um programa de transferência de renda, se você estiver dentro dos critérios, é um direito seu e ponto (Assistente Social 4, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 166).

Conforme pudemos observar nas respostas das entrevistadas, o trabalho executado por assistentes sociais hoje nos CRAS abrange basicamente os programas de transferência de renda e está quase totalmente centrado na oferta, execução e administração desses programas, até porque há uma grande procura por eles nos territórios. Desse modo, profissionais são pressionados/as por essa demanda e pelas gestões locais a desempenhar tarefas relativas à inclusão, acompanhamento, monitoramento e desligamento das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, o que ocupa grande parte do seu tempo de trabalho, como segue na resposta abaixo:

A gente faz o socioeducativo dos programas, faz com as mães, mulheres em geral que participam [...]. A gente faz reuniões, são seis encontros no mês, em três datas diferentes, cada data tem dois horários [...]. A gente sempre tem que fazer pelo menos duas ou três reuniões referentes aos benefícios, critérios dos programas sociais para que as famílias tenham um entendimento de que estes não são vitalícios, são uma medida de emergência, numa situação em que eles precisem, qual é a proposta do governo por trás de cada programa, que não é só transferência de renda, mas que existem as condicionalidades [...] a gente faz bastante orientações nesse sentido [...] (Assistente Social 1, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 181).

Além da reprodução de um discurso dominante neoliberal, no qual assistentes sociais depositam expectativas de melhorias de vida para a população pobre por meio da transferência de renda, orientações, encaminhamentos, condicionalidades e estímulos



individuais que envolvem esse tipo de programa, identificamos que há um trabalho para o disciplinamento e a educação das famílias beneficiárias desses programas de transferência de renda para que estas tenham um desempenho “satisfatório” durante a sua participação nos mesmos. Os critérios para inclusão e permanência nos programas e as condicionalidades que são exigidas para a participação nesses são, constantemente, passadas e repassadas às famílias usuárias da assistência social, de modo que essas incorporem uma postura regrada ao longo de todo o período em que elas se beneficiam desse “direito social”. Para além do objetivo de promover o acesso da população usuária às demais políticas públicas, resultando numa parcial melhoria de sua qualidade de vida, a rigorosidade nos critérios de seletividade e nas exigências do cumprimento de condicionalidades dos programas de transferência de renda tem gerado novas formas de exclusão, julgamentos moralistas e preconceituosos:

Nós fazemos um contrato, qual é o contrato? Chegar no horário, participar ativamente nas reuniões, não deixar acumular o dinheiro no banco ou não deixar ultrapassar valores, não usar celular durante as reuniões, etc. Mas, quando ela descumprir, eu entendo que aí sim entra, muitas vezes, o comodismo, muitas vezes, a falta de responsabilidade. [...] Então, nós chamamos a responsabilidade nesse sentido e na terceira falta ela realmente vai ser excluída (Assistente Social 2, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 192-193).

Nesse caso, está implícito na concepção do direito à participação em programas de transferência de renda a ideia do mérito pessoal, ou seja, as pessoas podem acessar e usufruir desse recurso previsto no direito à assistência social, desde que tenham capacidade para se adequar e cumprir as regras, normas, condicionalidades, enfim, o contrato estabelecido pelo programa e, muitas vezes, pelo/a profissional que o executa. Provadas essas qualidades de merecimento, as famílias estão aptas a participar dos programas, em caso contrário, estas são privadas do acesso a esse direito e condenadas por certo *desvio*. Ao suspender ou excluir as pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda com base nesses julgamentos, alguns/algumas profissionais consideram que essa prática é necessária porque funciona como um aprendizado para as pessoas que não cumprem com as regras.

Quanto às noções de “risco e vulnerabilidade social” que direcionam toda a lógica da atual política de assistência social, compreendemos que elas recuperaram, por um lado, o trabalho com famílias compreendido na sua relação com as necessidades coletivas, na medida em que incorpora o conceito de território e passa a desenvolver metodologias para a intervenção com base numa perspectiva mais abrangente e crítica sobre a pobreza. Por outro lado, os acompanhamentos sociais individuais ganharam maior relevância devido ao entendimento de alguns/algumas profissionais, segundo o qual, determinadas situações de risco e vulnerabilidade social, sobretudo, aquelas que se mostram mais emergenciais podem ser amenizadas ou superadas por meio de um acompanhamento social sistemático. De acordo com uma das entrevistadas:

[...] eu acho que um acompanhamento uma vez por mês é pouco [...]. Se a gente pensar em alguns modelos, nos Estados Unidos, por exemplo, uma assistente social ela vai de manhã pra casa de uma pessoa e passa o dia com a pessoa pra poder analisar determinada situação. Não vejo como invasivo, eu vejo como uma contribuição, ela está observando mais (Assistente Social 2, 2013, *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 196-197).

Não queremos aqui negar a importância do atendimento individualizado em algumas situações, mas entendemos que o trabalho realizado sob esse viés pode reforçar o caráter



focalista do antigo Serviço Social de Casos que busca atingir os problemas imediatos do cotidiano das famílias por meio da observação e do acompanhamento de sua rotina, de uma forma até mesmo invasiva. As condições sociais dos sujeitos são analisadas em casos particulares, isoladamente.

Constatamos também a realização do acompanhamento familiar em grupos por meio do emprego de metodologias voltadas para a autoreflexão, para o planejamento de novos projetos de vida com vistas a superar situações de vulnerabilidade social. Sobre isso, compreendemos que, para além das positivities desse tipo de trabalho, a subjetivação de necessidades sociais e das condições de vida da população, o desenvolvimento de um trabalho social do tipo terapêutico com as famílias, são velhas expressões do conservadorismo que podem se renovar na profissão:

Porque uma coisa é você ler um livro que está lá com um manual de como cuidar do filho, o filho drogado, isso é uma coisa. [...] Agora outra coisa e bem mais rico é essa mãe que vivencia 24 horas e dizer pra você: “olha, o meu filho era assim e eu fiz desta forma e comigo deu certo”. Então, são experiências que ela vai fazer, exatamente, esta troca [é a finalidade dos grupos socioeducativos] (Assistente Social 1, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 201).

Por fim, destacamos que o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) é um serviço que tem sido implantado nos CRAS, com algumas dificuldades, tendo em vista a prevalência do trabalho voltado para as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, mas que instaura algumas modificações no trabalho social com famílias, pois visa reafirmar direitos, coletivizar demandas sociais, em contraposição à lógica do atendimento “caso a caso”, baseado na avaliação da competência ou incompetência dos indivíduos para a satisfação de necessidades sociais.

Aprendemos que, em alguns casos, o PAIF tem se constituído em uma forma de enfrentar o conservadorismo na intervenção social com famílias no campo da assistência social. Velhas práticas como a avaliação das famílias com base na sua organização, no seu modo de vida, na sua dinâmica de funcionamento, estão sendo combatidas, com base nessa nova concepção sobre o trabalho de assistentes sociais voltado para o acompanhamento familiar, por meio das propostas do PAIF. Segue abaixo o relato de uma das entrevistadas sobre a importância do trabalho com famílias, nos moldes do que prevê o PAIF e que, segundo ela, é uma forma de enfrentamento da questão social:

[...] porque daí, você enfrenta não só o programa de transferência de renda que está ali o dado dinheiro que, às vezes, é irrisório para a pessoa, dos outros serviços e da questão de fortalecê-la enquanto indivíduo mesmo, de fortalecer que eu tenho direitos, de que eu possa falar, de que eu tenho voz, de que eu devo ir até aquele outro equipamento lá. Aí eu acho que ele fica mais visível o trabalho social com famílias quando ele é valorizado e aplicado como ele deve ser. Não posso falar que eu estou fazendo um trabalho social de família, se eu não tenho essas coisas, se eu acho que o atendimento é um atendimento pra encaminhar só. Só isso vai dar conta? (Assistente Social 4, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 200).

3 CONCLUSÃO

Os dados que apresentamos nesse texto resumem algumas particularidades do conservadorismo no trabalho de assistentes sociais hoje. São expressões de uma forma de pensar e agir que não são novas, pelo contrário, se assemelham muito à atuação profissional de assistentes sociais nas décadas de 1930 e 1940, período de surgimento do Serviço Social no Brasil. Atuação profissional que se fundamentava, sobretudo, em preconceitos, discriminação, nas crenças no disciplinamento, no autoritarismo para lidar com



a população pobre. No entanto, compreendemos que esses *modos de ser conservador* na profissão foram se re-configurando e, nos tempos atuais, se escondem em respostas profissionais à questão social que se supõem novas, principalmente, no que se refere à política de assistência social brasileira, que ganhou uma nova dimensão na esfera das políticas sociais atualmente. Isto é, por meio de discursos coerentes com a PNAS e com os princípios de universalização dos direitos sociais, do respeito à dignidade e autonomia da população, da igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação, entre outros, previstos na atual política de assistência social, alguns/algumas profissionais de Serviço Social recuperam velhas expressões do conservadorismo na profissão e que assumem novas particularidades no contexto em que vivemos nos dias de hoje.

Importa ressaltar que o exercício profissional de assistentes sociais fundamentado em concepções conservadoras sobre a questão social não pode ser considerado predominante na atualidade, afinal, a realização dessa pesquisa se restringiu a uma pequena amostra referente a um amplo universo de assistentes sociais que estão empregados/as na esfera estatal, executando a política de assistência social. E porque, durante a realização das entrevistas, constatamos uma forte presença de profissionais que combatem diariamente abordagens com famílias nos CRAS que estão baseadas na ideologia conservadora, por meio do uso do conceito “vulnerabilidade social” para ampliar as análises sobre a pobreza e sobre o público usuário da assistência social, por meio da implantação de novas modalidades de trabalho e metodologias com as famílias, por meio do incentivo à participação social, dentre outras formas.

Contudo, por um lado, compreendemos que a potenciação do conservadorismo na atualidade tem influenciado muito o campo de trabalho de assistentes sociais, o que significa que esse modo de pensar e agir é produto do contexto sócio-histórico e das relações sociais nas quais estamos inseridos. Por outro lado, entendemos também que se trata de um posicionamento ideológico e político de profissionais que têm condições de optar a favor ou contra a barbárie que está instalada no mundo.

REFERÊNCIAS

EUFRÁSIO, A. **Trabalho com famílias na assistência social: novas expressões do conservadorismo?** 2014. 234 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social- PUC/SP). São Paulo, 2014.

HOBBSAWN, E. J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social- Ensaios críticos*. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche- Capital financeiro, trabalho e questão social*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JORGE, C. F. **A construção teórica das relações entre família e Serviço Social brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários**. 2009. 103 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social- PUC/SP). São Paulo, 2009.



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

LUKÁCS, G. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Revista Serviço Social**. Londrina, vol. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584>>. Acesso em: 22 de outubro de 2013.

NETTO, L. E. *O Conservadorismo Clássico- Elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social- Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS- Grafline, Ano 2, n. 3, pp. 41-50, Jan./Jun., 2001.

NETTO, J. P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.